

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.812 - SP (2019/0239762-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADO : SÉRGIO CASSANO JUNIOR E OUTRO(S) - RJ088533**  
**RECORRIDO : OSMAR SANTOS DE SOUZA**  
**ADVOGADOS : CLEITON LEAL DIAS JUNIOR - SP124077**  
**KÁTIA HELENA FERNANDES SIMÕES AMARO - SP204950**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 601, e-STJ):

ILEGITIMIDADE DE PARTE – Conquanto os contratos de previdência privada complementar sejam integrados pela entidade de previdência, pelos participantes e pelos patrocinadores, tal fato não implica, por si só, no reconhecimento de litisconsórcio necessário em ações desse jaez Precedentes judiciais.

PREVIDÊNCIA PRIVADA Pretensão inicial voltada à revisão de benefício de complementação de aposentadoria, mediante a adoção de base de cálculo equivalente à média aritmética dos 80% maiores salários do período contributivo Sentença mantida - Os artigos 48 e 49 do Plano de Benefícios determinam que o cálculo do benefício suplementar deve corresponder à diferença entre 80% do salário real de benefício e o valor da contribuição recebida pelo empregado junto ao INSS Perícia técnica que apurou que a entidade de previdência complementar contrariou as próprias determinações ao utilizar como base de cálculo do benefício suplementar a média aritmética simples de todo o período contributivo Assim, necessária a recomposição nos termos apurados pelo expert - Sentença mantida, com observação Recurso não provido.

Não foram opostos embargos de declaração

Em suas razões de recurso especial (fls. 612/625, e-STJ), a recorrente aponta violação dos artigos 70 do CPC/73, arguindo ser necessária a denunciação da lide da CODESP, patrocinadora, 421 e 422 do CC, porquanto inobservada a liberdade de contratar e a boa-fé, 1º e 18 da LC n. 109/01 por ausência de reserva para cobrir aumento das suplementações e 6º da Lei n. 6.024/74 quanto à obrigatoriedade de suspensão de execuções judiciais ou extrajudiciais e quaisquer outros tipos de pagamento, ante a decretação de intervenção federal em face da ora recorrente ocorrida em 22.08.2011.

Contrarrazões às fls. 630/642, e-STJ.

Admitido o recurso especial na origem (fls. 643/644, e-STJ), ascenderam os autos a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decide-se.

A irresignação **não merece** prosperar.

1. Inicialmente, esta Corte Superior, no julgamento do REsp nº 1.370.191/RJ, apreciado sob a sistemática dos recursos repetitivos, fixou a tese de que o patrocinador não possui legitimidade passiva para litígios que envolvam participante/assistido e entidade fechada de previdência complementar, ligados estritamente ao plano previdenciário, como a concessão e a revisão de benefício ou o resgate da reserva de poupança, em virtude de sua personalidade jurídica autônoma.

2. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, *"para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal."* (AgRg no AREsp 519.518/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 25/05/2018).

No mesmo sentido, citam-se: AgInt no REsp 1668409/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018; AgInt no REsp 1599354/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016; AgInt no AREsp 1081236/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 05/09/2017.

Assim, uma vez que o Tribunal de origem não proferiu decisão a respeito da controvérsia trazida a esta Corte Superior quando da apontada ofensa aos arts. 421 e 422 do Código Civil e 1º e 18 da LC n. 109/01, não havendo, sequer, interposição de embargos de declaração, é inviável conhecer o recurso especial, uma vez ausente o requisito do prequestionamento, conforme óbice da súmula 282/STF.

3. Por fim, quanto ao pedido de suspensão da execução, esclareça-se que no presente caso a ação encontra-se ainda em fase de conhecimento, o que por si só afasta a pretendida suspensão da execução.

Com efeito, "a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial e o veto à propositura de novas demandas após o decreto de liquidação não alcançam as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito" (AgInt no AREsp n. 902.085/SP, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 6/3/2017)

4. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do CPC/2015 e na Súmula 568/STJ, nego **provimento** ao recurso especial. Com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor já arbitrado pela origem (fls. 609, e-STJ) , em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator